



**TERMO DE ATUALIZAÇÃO DE CONTRATO  
DE PRESTAÇÃO REGIONALIZADA DE  
SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO  
DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

A **MICRORREGIÃO SERTÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. nº 44.514.539/0001-34, aqui representado por sua Secretária-Geral, Simone Rosa da Silva, doravante designada como CONTRATANTE, e, doutro lado, a Companhia Pernambucana de Saneamento ("Compesa"), inscrita no C.N.P.J. nº 09.769.035/0001-64, representada neste instrumento, na forma de seus atos constitutivos, por meio de Manuela Coutinho Domingues Marinho, doravante designada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, a Lei Federal nº 14.026/2020, considerada o Novo Marco do Saneamento Básico, alterou a Lei nº 11.445/07, incluindo o §3º em seu artigo 10, prevendo que os contratos de concessão e os contratos de programa para prestação dos serviços públicos de saneamento básico existentes na data de sua publicação permanecerão em vigor até o advento do seu termo contratual, respeitando expressamente o ato jurídico perfeito, observando-se o artigo 5º, XXXVI da Constituição da República;

CONSIDERANDO a instituição das Microrregiões no Estado de Pernambuco, por meio da Lei Complementar estadual nº 455, de 13 de julho de 2021, com lastro no § 3º do artigo 25 da Constituição Federal, voltando-se ao atendimento de regras de regionalização estabelecidas pelo Novo Marco do Saneamento Básico, conforme Lei Federal nº 14.026/2021, passando a exercer as competências relativas à integração das funções públicas de interesse comum da microrregião, no que tange ao planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação, direta ou contratada, dos serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais urbanas, nos moldes do artigo 8º, II da Lei Federal nº 11.445/2007;

CONSIDERANDO que alguns dos Municípios que integram a Microrregião do Sertão celebraram contrato de prestação regionalizada do serviço público de abastecimento de água e de esgotamento sanitário com a Compesa, sendo que 137 dos ditos contratos se encontram em vigor;

CONSIDERANDO a necessidade de se alterar a relação jurídica em razão das obrigações impostas pela Lei federal 14.026, de 15 de julho de 2020 ("Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico"), de forma a que os Municípios integrados à Microrregião que possuem contrato em vigor com a Compesa, bem como a própria Compesa, possam cumprir com o estabelecido naquela legislação, inclusive para afastar eventual responsabilização das mencionadas pessoas jurídicas ou de seus gestores, inobstante haja nos termos do artigo 5º, XXXVI da CF/88 e do artigo 10, §3º da Lei Federal nº 14.026/2020, respeito pleno aos contratos em curso que permanecerão vigentes até seu vencimento;

CONSIDERANDO que o Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico prevê que os contratos devem ser modificados para inclusão de (i) **metas** (art. 11-B, § 1º, da Lei 11.445/2007, na redação da Lei 14.026/2020); e de (ii) **conteúdo mínimo** dos instrumentos contratuais (art. 10-A, da mesma Lei);

CONSIDERANDO também, não obstante as regras contratuais e metas já estabelecidas nos contratos e documentos que a ele integram protegidas pelo ato jurídico perfeito, a possibilidade do estabelecimento de regras regulatórias cogentes aos contratos de programa em vigor, se assim estabelecido em regulamento próprio da Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico – ANA, entidade com competência para definição de normas de referência para o saneamento básico, e da Agência de Regulação de Pernambuco - Arpe, naqueles contratos em que detêm competência regulatória; especialmente na definição dos parâmetros a serem observados pelos prestadores públicos e agências reguladoras estaduais para as metas de qualidade dos serviços, de eficiência e de uso racional da água, de energia e outros recursos naturais, de reuso de efluente sanitário, de aproveitamento de água da chuva, definidas no art. 10-A da Lei Federal nº 11.445/2007, conforme redação dada pela Lei Federal nº 14.026/20, em conformidade dos serviços a serem prestados, bem como de atendimento das metas de não intermitência do abastecimento, de redução de perdas e de melhoria dos processos de tratamento, previstas na segunda parte do artigo 11-B da Lei Federal nº 11.445/2007;

CONSIDERANDO que as metas e o conteúdo mínimo dos contratos, apesar de previstos na Lei, ainda serão objeto de normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, eventualmente complementadas por normas regulatórias da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco ("Arpe");

CONSIDERANDO, igualmente, a necessidade de se aguardar as normas de referência da Agência Reguladora das Águas e Saneamento Básico – ANA, quanto à definição de parâmetros para a metodologia do cálculo de indenização dos ativos reversíveis, da matriz de riscos e dos mecanismos de arbitragem a fim de eventuais melhorias nos contratos de programa então vigentes, se a eles aplicáveis, na forma do Art.10-A, da Lei nº 11.445/07, incluído pela Lei nº 14.026/20;

CONSIDERANDO que há previsão legal voltada à entidade reguladora permitindo a previsão de hipóteses em que o prestador poderá utilizar métodos alternativos e descentralizados para os serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em áreas rurais, remotas ou em núcleos urbanos informais consolidados, sem prejuízo da sua cobrança, com vistas a garantir a economicidade da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, nos moldes do artigo 11-B, §4º da Lei Federal nº 11.445/2007, com ampliação do atendimento, inclusive com prestação de serviços nos moldes do artigo 4º, §§9º e 10 do Decreto Federal 10.588/2020;

CONSIDERANDO que a inserção de metas impacta o equilíbrio econômico-financeiro contratual, obrigando a sua recomposição pelos meios legais pertinentes, dentre eles a dilação do prazo de vigência contratual;

CONSIDERANDO que em observância ao ato jurídico perfeito e da observância do princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos da Constituição da República, artigos 5º, XXXVI e 37, XXI, das Leis Federais 8.987/95, 11.107/2005 e 11.445/2007, bem como do disposto nos Contratos de Concessão e Contratos de Programa, as novas regulamentações e indicadores estabelecidos pela Agência de Regulação de Pernambuco, inclusive aquelas em atendimento a normas gerais estabelecidas pela ANA, e as deliberações relacionadas ao Plano de Investimentos e/ou de Metas aprovadas e/ou ratificadas pelo Colegiado Microrregional, bem como aprovação de Plano Regional de Saneamento, deverão preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, garantindo-se que as consequências práticas das decisões tomadas estejam em conformidade com o art. 20 da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro.

CONSIDERANDO que o artigo 7º, VIII, da Lei Complementar Estadual nº 455, de 13 de julho de 2021, que, nos termos do § 3º do artigo 25 da Constituição Federal, instituiu as Microrregiões no Estado de Pernambuco, prevê que compete à Microrregião, nos termos do deliberado pelo Colegiado Microrregional, inclusive “aditar contratos para preservar o ato jurídico perfeito mediante reequilíbrio econômico-financeiro, quando o reequilíbrio se realizar mediante dilação ou diminuição de prazo contratual”;

CONSIDERANDO que o art. 50, da nova redação da Lei 11.445/2007, condiciona o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos originários de operações de crédito com entidades federais a que os contratos sejam atualizados;

CONSIDERANDO que a vedação ao acesso a recursos orçamentários ou onerosos da União, por parte de quem não tiver atualizado os contratos, atinge não só a Compesa, mas também aos Municípios, inclusive em relação a outros serviços públicos de saneamento básico, como os serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos, de limpeza urbana e de manejo de águas pluviais urbanas;

CONSIDERANDO que o Termo de Atualização dos Contratos foi enviado pela Compesa à Microrregião do Sertão no dia 18/11/2021; que foi iniciada a consulta pública no dia 27/11/2021 publicado no site da Seinfra e por edital, no Diário Oficial do Estado, para colher contribuições da sociedade; que foi conhecido pelo comitê técnico no dia 29/11/2021; que foi realizada audiência pública no dia 13/12/2021; que foi emitido o parecer dos termos de atualização pelo comitê técnico no dia 16/12/2021 e que foi aprovada a celebração dos termos de atualização dos contratos por deliberação do Colegiado Microrregional no dia 16/12/2021;

*CONSIDERANDO, por fim, os princípios fundamentais do Saneamento trazidos no art. 2º da Lei 11.445/07, dentre eles o que estabelece a adoção de soluções graduais e progressivas, que devem ser observadas para a universalização e alcance da ampliação progressiva dos serviços, inclusive no tocante às metas estabelecidas no Art. 11-B, pelo que se observa do § 3º do referido dispositivo;*

de livre e espontânea vontade, e na melhor forma de Direito, subscrevem o presente TERMO DE ATUALIZAÇÃO, que se rege pelas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA.** No que couber, e sempre respeitado o ato jurídico perfeito e a equação econômico-financeira correspondente, às relações jurídicas contratuais em vigor, mantidas pelos Municípios integrados à Microrregião e a Compesa ficam adicionadas:

I - as obrigações impostas pelo artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007);

II - as cláusulas essenciais previstas no artigo 10-A da nova redação da LNSB, bem como outras decorrentes da legislação em vigor, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível a inclusão para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

**§ 1º** A modificação de cada instrumento contratual, para os fins do *caput* desta Cláusula, é o previsto nos Anexos do presente instrumento.

**§ 2º** O disposto no *caput* desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela ARPE e, havendo lacunas ou necessidade de adaptação, por novo Termo Aditivo.

**§ 3º** A CONTRATADA assume o risco regulatório do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA.** Em decorrência do disposto na Cláusula Primeira, em especial do impacto das obrigações instituídas pelo Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico (Lei 14.026/2020), e em vista da proteção do ato jurídico perfeito, a equação econômico-financeira é reequilibrada, considerando a prestação regionalizada a que cada Município aderiu, mediante extensão de prazo, de forma a que a avença original tenha a sua vigência ampliada até 31/12/2050.

**Parágrafo único.** No caso de, em razão da manutenção da tarifa uniforme praticada em toda a área de prestação da Compesa, a forma de reequilíbrio econômico-financeiro por extensão de prazo ser insuficiente, caberá ao regulador propor as medidas necessárias.

**CLÁUSULA TERCEIRA.** Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem em vigor.

**§ 1º** A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

**§ 2º** O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

**§ 3º** As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

**§ 4º** A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

**§ 5º** O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.

**CLÁUSULA QUARTA.** Ficam mantidas e ratificadas todas as disposições da relação contratual não atingidas pelo presente Termo de Atualização, dentre elas a de que o valor econômico dos bens reversíveis continua a ser amortizado no prazo de sua depreciação e, no termo extintivo do contrato, havendo valor não amortizado, que este deve ser pago pelo CONTRATANTE previamente à transferência de serviços, diretamente ou mediante o novo prestador que vier a contratar, como previsto no art. 42, § 5º, da nova redação da LNSB.

**CLÁUSULA QUINTA.** A invalidez de quaisquer das cláusulas do instrumento de contrato, inclusive deste Termo de Atualização, não prejudica as demais, que não lhe sejam diretamente dependentes.

**CLÁUSULA SEXTA.** O presente Termo de Atualização considerar-se-á resolvido caso a CONTRATADA não comprovar capacidade econômico-financeira para cumprir com as metas de universalização, nos termos do Art. 10-B da nova redação da LNSB e de seu Regulamento.

**CLÁUSULA SÉTIMA.** Fica assegurada a prestação regionalizada, mediante os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação em toda área de abrangência da prestação regionalizada, e em todos os contratos com Municípios integrantes do sistema de tarifa uniforme, nos termos do previstos no art. 24 da Lei Federal 11.445/2007, com a redação da Lei Federal 14.026/2020.

**§1º** As supressões e acréscimos à **ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR** previstas nos termos de Atualização mencionados nos Anexos, a pedido da Compesa, ouvido o Município, poderão ser autorizadas pelo Comitê Técnico da Microrregião.

**§ 2º** Excluem-se do previsto no caput, as alterações que não produzam aumento significativos na **ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR**.

Estando assim, justos e contratados, subscrevem o presente instrumento, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas.

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

**MICRORREGIÃO DO SERTÃO  
CONTRATANTE**

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO  
CONTRATANTE**

#### **ANEXO I – MUNICÍPIO DE AFRÂNIO**

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE AFRÂNIO e Compesa aos 11 de setembro de 1978, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Quinta-bis, com a seguinte redação:

**Cláusula quinta-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

- I- com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

- II - com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - No que diz respeito às metas de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IUT (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§ 4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- **Cláusula primeira (Da vigência).** A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e o Distrito e/ou localidade de Extrema.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Oitava-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula oitava-bis (arbitragem).** Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## ANEXO II – MUNICÍPIO DE ARARIPINA

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE ARARIPINA e Compesa aos 16 de abril de 1973, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Décima Sétima-bis, com a seguinte redação:

- I. Cláusula décima sétima-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:
- I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;
- II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IUT (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - **No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual** e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

**I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:**

$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$

**II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:**

$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$

**III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:**

$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e os Distritos e/ou localidades de Gergelim, Lagoa do Barro, Moraes, Nascente e Rancharia.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Vigésima Sexta-bis, com a seguinte redação:

**“Cláusula vigésima sexta-bis (arbitragem)**. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

**ANEXO III – MUNICÍPIO DE BODOCÓ**

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE BODOCÓ e Compesa aos 09 de agosto de 1973, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Décima Nona-bis, com a seguinte redação:

I. **Cláusula décima nona-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato)**. A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - No que diz respeito às metas de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	0,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
IUT (%)	0,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	60,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	60,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e os Distritos e/ou localidades de Jardim, Sipaúba, Sede e Rainha Isabel.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Vigésima Sexta-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula vigésima sexta-bis (arbitragem)**. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

#### ANEXO IV – MUNICÍPIO DE CABROBÓ

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE CABROBÓ e Compesa aos 14 de junho de 1972, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Décima Sétima-bis, com a seguinte redação:

- I. **Cláusula décima sétima-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:
- I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;
- II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
IUT (%)	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	50,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	50,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - **No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual** e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

**I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:**

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

**II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:**

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

**III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:**



IUT = 100x(Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto + Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto)/(Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços)

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência).** A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e o Distrito e/ou localidade de Boqueirão .

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Vigésima Quarta-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula vigésima quarta-bis (arbitragem).** Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## ANEXO V – MUNICÍPIO DE CEDRO

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE CEDRO e Compesa aos 04 de janeiro de 1978, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Quinta-bis, com a seguinte redação:

I. **Cláusula quinta-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	0,00%	0,00%	78,91%	78,91%	78,91%	78,91%	78,91%	78,91%	78,91%	78,91%
IUT (%)	0,00%	0,00%	78,91%	78,91%	78,91%	78,91%	78,91%	78,91%	78,91%	78,91%

Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	80,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	80,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência).** A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Oitava-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula oitava-bis (arbitragem).** Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

**ANEXO VI – MUNICÍPIO DE DORMENTES**

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE DORMENTES e Compesa aos 22 de março de 2011, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Quarta-bis, com a seguinte redação:

I. **Cláusula quarta-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - No que diz respeito às metas de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%
IUT (%)	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%	75,18%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	80,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	80,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I. O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II. O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III. O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência).** A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e os Distritos e/ou localidades de Caatinga Grande e Monte Orebe.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Vigésima Sexta-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula vigésima sexta-bis (arbitragem).** Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## ANEXO VII – MUNICÍPIO DE EXU

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE EXU e Compesa aos 20 de abril de 1977, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Quinta-bis, com a seguinte redação:

I. **Cláusula quinta-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	50,00%	67,00%	67,00%	67,00%	67,00%	67,00%	67,00%	67,00%	67,00%	67,00%

IUT (%)	50,00%	67,00%	67,00%	67,00%	67,00%	67,00%	67,00%	67,00%	67,00%	67,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	67,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	67,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência).** A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e o Distrito e/ou localidade de Timorante.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Oitava-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula oitava-bis (arbitragem).** Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## Anexo VIII – Município de GRANITO

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE GRANITO e Compesa aos 03 de dezembro de 1975, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Quinta-bis, com a seguinte redação:
- I. **Cláusula quinta-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
IUT (%)	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	70,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	70,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

<b>IAE (%)</b>	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
<b>IUT (%)</b>	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e o Distrito e/ou localidade de Rancharia Gra (II).

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Oitava-bis, com a seguinte redação:

**“Cláusula oitava-bis (arbitragem)**. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

Anexo IX – Município de IPUBI

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE IPUBI e Compesa aos 16 de agosto de 1973, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Décima Nona-bis, com a seguinte redação:
- I. **Cláusula décima nona-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	89,80%	89,80%	89,80%	89,80%	89,80%	89,80%	89,80%	89,80%	89,80%	93,20%
IAE (%)	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
IUT (%)	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%	70,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	96,60%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	70,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	70,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	



§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e os Distritos e/ou localidades de Serra Branca e Serrolândia .

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Vigésima Sexta-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula vigésima sexta-bis (arbitragem)**. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## Anexo X – Município de LAGOA GRANDE

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE e Compesa aos 06 de maio de 2011, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Quarta-bis, com a seguinte redação:

I. **Cláusula quarta-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	71,56%	71,55%	71,56%	71,56%	71,56%	71,56%	71,56%	71,56%	71,56%	71,56%
IUT (%)	71,56%	71,55%	71,56%	71,56%	71,56%	71,56%	71,56%	71,56%	71,56%	71,56%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	80,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	80,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e o Distrito e/ou localidade de Vermelhos.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Vigésima Sexta-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula vigésima sexta-bis (arbitragem)**. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## Anexo XI – Município de MOREILÂNDIA

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE MOREILÂNDIA e Compesa aos 09 de agosto de 1973, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Décima Nona-bis, com a seguinte redação:

I. **Cláusula décima nona-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

- I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;
- II. - com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	81,80%	81,80%	81,80%	81,80%	81,80%	81,80%	81,80%	81,80%	81,80%	87,87%
IAE (%)	0,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
IUT (%)	0,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	93,93%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	80,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	80,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I. O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Vigésima Sexta-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula vigésima sexta-bis (arbitragem)**. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## Anexo XII – Município de OROCÓ

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE OROCÓ e Compesa aos 14 de junho de 1972, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Décima Sétima-bis, com a seguinte redação:

- I. **Cláusula décima sétima-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato)**. A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:
  - I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;
  - II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IUT (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I. O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II. O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III. O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência).** A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Vigésima Quarta-bis, com a seguinte redação:

**“Cláusula vigésima quarta-bis (arbitragem).** Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## Anexo XIII – Município de OURICURI

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE OURICURI e Compesa aos 16 de abril de 1973, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Quinta-bis, com a seguinte redação:

I. **Cláusula quinta-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

- I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;
- II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - No que diz respeito às metas de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	0,00%	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%
IUT (%)	0,00%	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%	12,37%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	12,37%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	12,37%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência).** A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e os Distritos e/ou



localidades de Barra de São Pedro, Jacaré, Jatobá, Lopes e Santa Rita.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Oitava-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula oitava-bis (arbitragem).** Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## Anexo XIV – Município de PARNAMIRIM

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM e Compesa aos 02 de julho de 1973, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Décima Nona-bis, com a seguinte redação:
- I. **Cláusula décima nona-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031

<b>IAA (%)</b>	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>IAE (%)</b>	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%
<b>IUT (%)</b>	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%	87,86%
<b>Ano</b>	<b>2032</b>	<b>2033</b>	<b>2034</b>	<b>2035</b>	<b>2036</b>	<b>2037</b>	<b>2038</b>	<b>2039</b>	<b>2040</b>	<b>2041</b>
<b>IAA (%)</b>	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>IAE (%)</b>	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
<b>IUT (%)</b>	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
<b>Ano</b>	<b>2042</b>	<b>2043</b>	<b>2044</b>	<b>2045</b>	<b>2046</b>	<b>2047</b>	<b>2048</b>	<b>2049</b>	<b>2050</b>	
<b>IAA (%)</b>	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
<b>IAE (%)</b>	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
<b>IUT (%)</b>	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e o Distrito e/ou localidade de Veneza.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações

geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Vigésima Sexta-bis, com a seguinte redação:
- “Cláusula vigésima sexta-bis (arbitragem).** Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.
- § 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.
- § 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.
- § 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.
- § 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.
- § 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## Anexo XV – Município de PETROLINA

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE PETROLINA e Compesa aos 06 de novembro de 1975, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Quinta-bis, com a seguinte redação:
- I. **Cláusula quinta-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:
- I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;
- II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.
- § 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco
- § 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.
- § 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	80,00%	80,00%	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
IUT (%)	80,00%	80,00%	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%

Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	85,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	85,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o Cláusula primeira (*Da vigência*). A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e os Distritos e/ou localidades de Pau Ferro e Rajada.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Oitava-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula oitava-bis (arbitragem)**. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a

declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

# Anexo XVI – Município de SALGUEIRO

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE SALGUEIRO e Compesa aos 16 de abril de 1973, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Décima Sétima-bis, com a seguinte redação:
- I. **Cláusula décima sétima-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
IUT (%)	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%

Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e os Distritos e/ou localidades de Conceição das Crioulas, Pau Ferro, Umãs e Uri.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Vigésima Sexta-bis, com a seguinte redação:

**“Cláusula vigésima sexta-bis (arbitragem)**. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## Anexo XVII – Município de SANTA FILOMENA

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE SANTA FILOMENA e Compesa aos 21 de fevereiro de 2011, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Quarta-bis, com a seguinte redação:

I. **Cláusula quarta-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IUT (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
---------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e o Distrito e/ou localidade de Poço Comprido.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Vigésima Sexta-bis, com a seguinte redação:

**“Cláusula vigésima sexta-bis (arbitragem)**. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.



## Anexo XVIII – Município de SANTA MARIA DA BOA VISTA

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA BOA VISTA e Compesa aos 07 de maio de 1974, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Décima Nona-bis, com a seguinte redação:

I. **Cláusula décima nona-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. - com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

<b>IAA (%)</b>	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>IAE (%)</b>	0,00%	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%
<b>IUT (%)</b>	0,00%	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%
<b>Ano</b>	<b>2032</b>	<b>2033</b>	<b>2034</b>	<b>2035</b>	<b>2036</b>	<b>2037</b>	<b>2038</b>	<b>2039</b>	<b>2040</b>	<b>2041</b>
<b>IAA (%)</b>	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>IAE (%)</b>	61,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
<b>IUT (%)</b>	61,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%

Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e o Distrito e/ou localidade de Urimamã.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Vigésima Sexta-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula vigésima sexta-bis (arbitragem)**. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## Anexo XIX – Município de SÃO JOSÉ DO BELMONTE

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO BELMONTE e Compesa aos 13 de outubro de 1975, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Quinta-bis, com a seguinte redação:
- I. **Cláusula quinta-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IUT (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	40,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e os Distritos e/ou localidades de Carmo, Bom Nome e Jatoba.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Oitava-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula oitava-bis (arbitragem)**. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## Anexo XX – Município de SERRITA

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE SERRITA e Compesa aos 29 de agosto de 1975, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Quinta-bis, com a seguinte redação:

**I. Cláusula quinta-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IUT (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%

Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência).** A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e o Distrito e/ou localidade de São Francisco do Brígida .

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Oitava-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula oitava-bis (arbitragem).** Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.

## Anexo XXI – Município de TERRA NOVA

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE TERRA NOVA e Compesa aos 02 de julho de 1973, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Décima Nona-bis, com a seguinte redação:
- I. **Cláusula décima nona-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
IUT (%)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	

<b>IAE (%)</b>	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
<b>IUT (%)</b>	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e o Distrito e/ou localidade de Guarani.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Vigésima Sexta-bis, com a seguinte redação:

**“Cláusula vigésima sexta-bis (arbitragem)**. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.



Anexo XXII – Município de TRINDADE

O instrumento de contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE TRINDADE e Compesa aos 30 de agosto de 1976, fica aditado da forma seguinte:

1. Fica acrescentada a Cláusula Quinta-bis, com a seguinte redação:
- I. **Cláusula quinta-bis (Das metas e do conteúdo mínimo do contrato).** A CONTRATADA, na área de abrangência do prestador, deverá cumprir:

I. - com as metas previstas no artigo 11-B da nova redação da LNSB - Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007), se mais rigorosas que as metas contratuais estabelecidas, ficando substituídas as metas previstas nos instrumentos contratuais pelas metas legais de universalização;

II. – com o conteúdo mínimo do contrato, que se considera sempre sua parte integrante, nos termos do previsto no artigo 10-A da nova redação da LNSB, caso Norma de Referência emitida pela ANA considere imprescindível para os contratos celebrados anteriormente à Lei 14.026/2020.

§ 1º O disposto no **caput** desta Cláusula será detalhado na forma da regulação, em especial mediante normas de referência a serem editadas pela ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, bem como de eventuais normas a elas complementares editadas pela Arpe - Agência Reguladora de Pernambuco

§ 2º A CONTRATADA assume o risco regulatório de execução do previsto nesta Cláusula, em especial no que se refere ao conteúdo de normas de referência ou regulatórias vindouras, desde que preservada a equação econômico-financeira do contrato.

§ 3º - **No que diz respeito às metas** de universalização dos serviços, de acordo com a Norma de Referência nº 2, da ANA, ficam estabelecidas:

Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	0,00%	67,63%	67,63%	67,63%	67,63%	67,63%	67,63%	67,63%	67,63%	67,63%
IUT (%)	0,00%	67,63%	67,63%	67,63%	67,63%	67,63%	67,63%	67,63%	67,63%	67,63%
Ano	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IAE (%)	67,63%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
IUT (%)	67,63%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Ano	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	
IAA (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	
IAE (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	
IUT (%)	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	

§4º. As alterações realizadas por meio de modificações no Plano de Saneamento Básico da Microrregião serão automaticamente incorporadas no contrato de prestação de serviços.

§ 5º. A Compesa assume o risco regulatório de execução das metas de não intermitência, de perdas e melhoria nas qualidades dos processos, conforme regulamentação da ANA e da ARPE, desde que observada a garantia a seu equilíbrio econômico-financeiro.

§ 6º - No que diz respeito aos indicadores de cálculo de cumprimento contratual e execução das metas previstas, a serem verificados anualmente, nos exatos termos da Norma de Referência nº 2, da ANA, considera-se:

I . O indicador de universalização de abastecimento de água (IUA) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUA = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de água} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de água}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

II . O indicador de universalização de coleta de esgotos sanitários (IUE) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUE = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

III . O indicador de universalização de tratamento de esgotos sanitários (IUT) será medido pela seguinte fórmula:

$$IUT = 100 \times (\text{Quantidade de economias residenciais ativas com tratamento de esgoto} + \text{Quantidade de economias residenciais inativas com tratamento de esgoto}) / (\text{Quantidade de domicílios residenciais existentes na área de abrangência do prestador de serviços})$$

2. Em relação à Cláusula Primeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

- o **Cláusula primeira (Da vigência)**. A delegação da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário vigorará até o dia 31/12/2050”.

§ 1º. Fica considerada a ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PRESTADOR para fins da prestação de serviços, a área urbana de acordo com o contrato, nos atuais perímetros urbanos definidos pelo IBGE, no censo de 2010, compreendendo sua sede urbana e o Distrito e/ou localidade de Mangueira.

§ 2º. Quaisquer alterações, supressões ou acréscimos da área de abrangência, solicitadas pela Compesa, ouvido o Município, deverão ser definidas pelo Comitê Técnico da Microrregião, de forma que tenham efeitos imediatos. Exclui-se desse dispositivo as atualizações geográficas.

3. Fica acrescentada a Cláusula Oitava-bis, com a seguinte redação:

“**Cláusula oitava-bis (arbitragem)**. Toda e qualquer controvérsia decorrente ou relacionada ao presente contrato será resolvida por Arbitragem, a ser administrada pela CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil, de acordo com as normas de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º A sede da arbitragem será no Município de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil. Fica definida a sede como o foro competente para as ações a esta relacionadas, e para as demandas necessárias a assegurar a realização da arbitragem, a execução, a anulação, ou a declaração de nulidade da sentença arbitral, bem como as que objetivem medida cautelar ou de urgência.

§ 2º O procedimento arbitral será conduzido em língua portuguesa.

§ 3º As partes definem que o procedimento contará com a atuação de três árbitros, nomeados conforme o disposto no referido Regulamento.

§ 4º A legislação aplicável será além daquela cabível à solução da controvérsia, o Regulamento de Arbitragem da CAMARB, inclusive no que diz respeito ao pagamento de honorários e despesas em geral com o procedimento.

§ 5º O procedimento arbitral respeitará o princípio constitucional da publicidade, salvo em relação às informações relacionadas à disputa que, eventualmente, se classifiquem como de caráter sigiloso, nos termos da legislação aplicável.”

Petrolina, 16 de dezembro de 2021.



fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manuela Coutinho Domingues Marinho**, em 16/12/2021, às 17:04, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.pe.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **19738228** e o código CRC **4DB16397**.

**COMPANHIA PERNAMBUCANA DE SANEAMENTO**

Av. Cruz Cabugá, 1387, - Bairro Santo Amaro, Recife/PE - CEP 50040-000, Telefone: